



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

MENSAGEM Nº 01

Senhores Vereadores,

Encaminhamos a esta Egrégia Câmara o presente Projeto de Lei, que concede revisão geral anual aos vencimentos dos servidores públicos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como reajuste aos vencimentos dos servidores do Poder Executivo.

Anexos, encontram-se a justificativa, a estimativa de impacto financeiro e orçamentário, e a declaração do ordenador da despesa.

Solicitamos, dentro das previsões do Regimento Interno, a tramitação do projeto da forma mais célere possível, com apreciação em **sessão extraordinária e regime de urgência**, considerando que a data-base de 1º de janeiro e a necessidade de fechamento da folha de pagamento.

Francisco Beltrão, 19 de janeiro de 2026.

ANTONIO PEDRON
Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO PEDRON
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/CD73-9516-70CF-C16F> e informe o código CD73-9516-70CF-C16F





MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº, DE 2026

Concede revisão geral anual e reajuste aos vencimentos dos servidores públicos municipais e dá outras providências.

Art. 1º Fica concedida revisão geral anual aos vencimentos dos servidores públicos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo, no percentual de 3,90% (três inteiros e noventa centésimos por cento), correspondente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) acumulado de janeiro a dezembro de 2025, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Parágrafo único. A revisão geral anual de que trata este artigo será concedida aos vencimentos dos servidores do regime estatutário, ativos e inativos com paridade, servidores temporários, ocupantes de cargos comissionados e Conselheiros Tutelares.

Art. 2º Além da revisão geral anual, fica concedido o reajuste adicional de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) aos vencimentos dos servidores do Poder Executivo relacionados no parágrafo único do art. 1º desta Lei.

Art. 3º Fica assegurado aos servidores regidos pela Lei nº 4.260, de 21 de novembro de 2014, o pagamento complementar da diferença entre os vencimentos atualizados por esta Lei e o valor nominal do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério, nos níveis e classes em que a progressão ou o vencimento base não atingir o valor do piso.

Art. 4º Ficam autorizados os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo a atualizarem, por ato próprio, no âmbito de suas competências, os valores das tabelas de vencimentos atingidos pelo disposto nesta Lei.

Art. 5º Em razão do disposto nesta Lei, fica alterado o *caput* do art. 56 da Lei Municipal nº 3.829, de 25 de maio de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56. O Conselheiro Tutelar fará jus à percepção de subsídio mensal, no valor correspondente a R\$ 5.359,52 (cinco mil, trezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), reajustado anualmente na mesma data-base e índice aplicados à remuneração dos servidores públicos municipais.” (NR)

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei serão custeadas por dotações orçamentárias próprias, previstas na Lei nº 5.286, de 17 de dezembro de 2025 – Lei Orçamentária Anual (LOA).

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, 19 de janeiro de 2026.

ANTONIO PEDRON
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa à concessão de revisão geral anual aos vencimentos dos servidores municipais dos Poderes Executivo e Legislativo, conforme dispõe o art. 37, X combinado com o art. 61, §1º, II, "a", da Constituição Federal, observando a competência privativa assinalada pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 5562.

Para concessão da revisão geral anual, consideramos como parâmetro a inflação acumulada registrada pelo INPC-IBGE nos últimos doze meses, no percentual de 3,9%, conforme disposto no parágrafo único do art. 56 da Lei Orgânica Municipal e no §3º, art. 20, da Lei das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 (Lei nº 5.220, de 17 de julho de 2025).

Para os servidores do Poder Executivo, além da revisão geral anual, será concedido o percentual de 1,5% de reajuste para compensar as perdas inflacionárias dos anos anteriores, perfazendo uma atualização total de 5,4% (3,9+1,5%) aos seus vencimentos.

Foi assegurado, ainda, o pagamento complementar da diferença entre os vencimentos atualizados e o valor nominal do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério, nos níveis e classes em que a progressão ou vencimento base não atingir o valor do piso.

A revisão geral anual da remuneração é garantia constitucional dos servidores e atinge todas as verbas remuneratórias, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição Federal, que garante a reposição das perdas inflacionárias, assegurando que os vencimentos dos servidores não sejam corroídos pela inflação.

Além disso, o reajuste proposto busca proporcionar uma atualização mais justa aos servidores do Poder Executivo, com o objetivo de preservar o poder de compra dos servidores e garantir a continuidade da prestação eficiente dos serviços públicos, considerando, ainda, os índices concedidos nos anos anteriores.

A estimativa de impacto orçamentário-financeiro anexa demonstra que a implementação da revisão e do reajuste não afetará negativamente a saúde fiscal do Município. Ao contrário, a adequação da Lei Orçamentária será realizada de forma a refletir o percentual efetivamente verificado, garantindo o cumprimento das metas fiscais sem prejuízo à qualidade dos serviços públicos prestados à população.

Com isso, busca-se promover a justiça e o reconhecimento ao trabalho dos servidores municipais, fundamentais para o bom funcionamento da administração pública.

Francisco Beltrão, 19 de janeiro de 2026.

ANTÔNIO PEDRON
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Declaro, para fins de adequação ao disposto no art. 16, §1º, II, da Lei Complementar nº 101/00, que tenho ciência do impacto orçamentário e financeiro ocasionado pela revisão geral anual e reajuste concedidos aos servidores públicos municipais.

A despesa decorrente da presente Lei encontra-se prevista em valor estimado na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 – LDO (Lei nº 5.220, de 17 de julho de 2025) e na Lei Orçamentária Anual – LOA (5.286, de 17 de dezembro de 2025), não implicando extrapolação dos limites legais de despesa com pessoal nem impacto financeiro e orçamentário além daquele já previsto.

Outrossim, na eventualidade de despesas extras, as dotações orçamentárias relativas ao custeio do serviço de pessoal são de previsão obrigatória no orçamento do Poder Executivo, podendo ser suplementadas, se necessário, suportando, assim, a despesa integralmente, sem comprometimento do limite de gastos com pessoal. Não obstante, a contratação não implica em criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental.

Declaro, ainda, que a despesa autorizada possui compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2026-2029 (Lei nº 5.285, de 17 de dezembro de 2025), tratando-se de despesa continuada já existente, decorrente de obrigação constitucional de revisão geral anual.

Francisco Beltrão, 19 de janeiro de 2026.

ANTONIO PEDRON
Prefeito Municipal





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CD73-9516-70CF-C16F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANTONIO PEDRON (CPF 196.XXX.XXX-49) em 19/01/2026 17:05:11 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/CD73-9516-70CF-C16F>



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO *Estado do Paraná*

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

OBJETO: Trata a presente estimativa do impacto orçamentário-financeiro, referente a Revisão Geral Anual dos Servidores Públicos Municipais.

Este estudo trata da revisão geral anual concedida aos servidores públicos municipais nos termos do inciso X, Art. 37 da Constituição Federal, quanto a estimativa dos resultados fiscais relativos aos vencimentos.

Considerando as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) nº 5.220, de 01 de julho de 2025, que estabelece as orientações e limites para a execução orçamentária do município para o ano de 2026. A LDO, conforme art. 19, determina que a fixação da despesa deverá ser observada os seguintes limites, mínimos e máximos:

I – As despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal, incluindo a remuneração de agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais não poderão exceder a 54% da receita corrente líquida, obedecidos os limites prudenciais de 51,30% da RCL (art. 71 da LRF).

No Art. 20. (...) autorizada a concessão de reposição salarial no exercício de 2026, conforme determina a Lei Orgânica Municipal e suas alterações, especificamente o parágrafo único do art. 56, alterado pela Emenda à Lei Orgânica nº 024 de 19/09/2017 que dispõe:

"Art. 56. - ...

Parágrafo único. Os servidores do Município de Francisco Beltrão terão seus vencimentos revisados anualmente de acordo com o índice do INPC-IBGE acumulado nos 12 (doze) meses do exercício anterior, ou seja, de janeiro a dezembro, cuja data base, será no mês de janeiro".

Essas normas e autorizações visam garantir o equilíbrio fiscal do município, respeitando os limites legais e assegurando a atualização salarial dos servidores de acordo com o índice de inflação.





MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

1) PREMISSAS

A estimativa dos resultados fiscais é realizada em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101/2000, em especial aos Art. 16 e 17:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

O Art. 16, inciso I determina a elaboração da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, contudo essa determinação é excetuada, como pode ser observado no parágrafo 6º do artigo seguinte, quando se trata de reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição, caso tratado nesta estimativa:

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.





MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

Em consonância com o parágrafo segundo da supracitada lei, o ato que acarretar a expansão da despesa continuada deverá ser acompanhado de comprovação que a despesa criada não afetara a metas de resultados fiscais.

2) METODOLOGIA DO CÁLCULO

A revisão geral anual visa a recomposição dos vencimentos dos servidores públicos para suprir a defasagem salarial dos últimos anos. Para tanto será concedido a variação acumulada no ano de 2025 com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi de 3,90% (três inteiros e noventa centésimos por cento). À reposição da inflação será somado o aumento real de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) concedido aos servidores, totalizando um reajuste de 5,4% (cinco inteiros quarenta centésimos por cento).

Os valores propostos compreendem o pagamento das doze parcelas de salário, 13º salário, férias e adicional de férias, acrescido os encargos previdenciários/sociais.

3) ESTIMATIVA DE GASTOS NO EXERCÍCIO E NOS DOIS SUBSEQUENTES

O primeiro quesito a ser calculado é a indicação da previsão de gastos com pessoal, incluídas as vantagens fixas e os encargos previdenciários/sociais.

3.1 Estimativa de gastos no exercício de 2026

Metodologia: Os valores propostos compreendem o pagamento de 12 (doze) parcelas de salário (01 a 12/2026), 13º salário e 1/3 de férias, conforme Folha de Pagamento Mensal.

3.1.1) Análise do Demonstrativo dos Gastos com Pessoal no exercício de 2025

A Receita Total do Poder Executivo do Município de Francisco Beltrão para o exercício de 2026 está prevista em R\$ 592.000.000,00 (quinhentos e noventa e dois milhões).





MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

A previsão da Receita Corrente Líquida para 2026 é de R\$ 579.650.000,00 (quinhentos e setenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), conforme demonstrado no Demonstrativo da Receita Corrente Líquida. Já a Receita Corrente Líquida ajustada para fins de cálculo dos limites da despesa com pessoal corresponde a R\$ 569.700.000,00 (quinhentos e sessenta e nove milhões, setecentos seis mil reais), conforme o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (Anexo III – RREO).

Os gastos com pessoal e encargos do Poder Executivo estão fixados para o ano de 2026, (3190 + 3191) somados os gastos com os terceirizados (339034) para o mesmo exercício em R\$ 285.719.950,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões, setecentos e dezenove mil, novecentos e cinquenta reais). Porém, o pagamento de ACS e ACE no valor aproximado de R\$ 9.950.000,00 (nove milhões, novecentos e cinquenta mil reais) devem ser deduzidos da base para apuração do índice com pessoal e encargos, o que resulta uma previsão de gastos com pessoal e encargos no exercício de 2026 no valor de R\$ 275.769.950,00 (duzentos e setenta e cinco milhões, setecentos e sessenta e nove mil, novecentos e cinquenta reais).

3.2) Estimativa de Gastos nos dois Exercícios Subsequentes

A Legislação propõe que se deve apurar a reposição salarial, para os exercícios seguintes, sendo, neste caso para 2027 e 2028 – Projeção das Despesas com Pessoal e encargos Sociais.

Conforme consta no art. 17 da Lei Complementar 101 de 2000 "*considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios*";

3.2.1 PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Precisamente em relação a apuração do gasto com pessoal, segue abaixo a demonstração contendo:

- ✓ Indicação do gasto total com despesa de pessoal atual (previsto para 2026) e dos três últimos exercícios (executado – 2023, 2024 e 2025);
- ✓ Para a projeção para os exercícios subsequentes (2027 e 2028), foi considerado a projeção de revisão geral anual (inflação), utilizado a metodologia do ajustamento da reta pelos mínimos quadrados;





MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

- ✓ Indicação do índice de gastos com pessoal atual e as projeções para os dois exercícios subsequentes.

Especificação	Executado			Previsto	Projetado	
	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Receita Corrente Líquida *	451.210.790,13	513.138.904,78	574.835.455,47	579.650.000,00	641.462.332,67	730.865.168,73
Total Gasto com Pessoal **	209.464.136,62	222.583.585,68	252.929.396,84	263.909.300,00	285.641.930,11	305.010.060,24

Fonte: *Demonstrativo da RCL (LRF, art.53, inciso I) – executado Poder Executivo - Consolidado;

**Demonstrativo da Despesa com Pessoal (RGF-Anexo 1 – LRF, art.55, inciso I, alínea "a" – executado;

Obs: * e ** - Previsto para 2026, valores da Lei Orçamentária; para os exercícios de 2027 e 2028 utilizou-se os valores obtidos através do demonstrativo a seguir, referente ao Ajustamento da Reta Pelos Mínimos quadrados.

3.3) Metodologia de Cálculo

A seguir demonstramos a memória de cálculo para a projeção da RCL-Receita Corrente Líquida e despesas com pessoal.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ANUAL				
Exercício	X	RCL (y)	X ²	x * y
2023	1	451.210.790,13	1	451.210.790,13
2024	2	513.138.904,78	4	1.026.277.809,56
2025	3	574.835.455,47	9	1.724.506.366,41
2026	4	579.650.000,00	16	2.318.600.000,00
Soma	10	2.118.835.150,38	30	5.520.594.966,10
EXERCÍCIO	X	Provável		
2027	5	641.462.332,67		
2028	6	686.163.750,70		
2029	7	730.865.168,73		
PESSOAL E ENCARGOS - ANUAL				
Exercício	X	PESSOAL (y)	X ²	x * y
2023	1	209.464.136,62	1	209.464.136,62
2024	2	222.583.585,68	4	445.167.171,36
2025	3	252.929.396,84	9	758.788.190,52
2026	4	263.909.300,00	16	1.055.637.200,00
Soma	10	948.886.419,14	30	
EXERCÍCIO	X	Provável		
2027	5	285.641.930,11		
2028	6	305.010.060,24		
2029	7	324.378.190,37		

O Método dos Mínimos Quadrados é uma técnica de otimização matemática que procura encontrar o melhor ajuste para um conjunto de dados tentando minimizar a soma dos quadrados das diferenças entre o valor estimado e os dados observados.



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

4) COMPATIBILIDADE COM AS METAS DE RESULTADOS FISCAIS

A compatibilidade, prevista no parágrafo 2º do Art. 17 da LRF, em relação ao aumento da despesa e seus reflexos nas metas de resultados fiscais apresentadas no demonstrativo I do anexo de metas fiscais, é demonstrada a seguir com a apresentação do referido demonstrativo.

MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO - ESTADO DO PARANÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RECEITAS
2026

ESPECIFICAÇÃO	RECEITAS REALIZADAS			RECEITAS PREVISTAS BASEADAS NAS RECEITAS REALIZADAS NOS EXERCÍCIOS DE 2022 À 2024			
	2.022	2.023	2.024	2.025	2.026	2.027	2.028
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	94.692.459,85	105.928.400,25	117.526.054,75	130.049.000,00	142.000.000,00	153.000.000,00	165.000.000,00
Contribuições	11.574.624,34	12.491.145,17	13.498.604,86	14.655.000,00	16.000.000,00	16.700.000,00	17.800.000,00
Receita Patrimonial	10.198.029,57	9.079.269,18	13.424.689,24	4.886.000,00	6.500.000,00	5.500.000,00	4.200.000,00
Aplicações Financeiras	9.816.103,08	8.646.010,95	8.789.501,48	3.739.000,00	6.240.000,00	5.280.000,00	4.032.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	381.926,49	433.258,23	4.635.187,76	1.147.000,00	260.000,00	220.000,00	168.000,00
Transferências Correntes	283.092.958,30	311.453.105,33	355.653.209,54	377.494.000,00	414.000.000,00	447.000.000,00	480.000.000,00
Demais Receitas Correntes	11.951.153,32	12.144.592,80	12.962.373,28	10.150.000,00	10.500.000,00	10.300.000,00	9.800.000,00
Outras Receitas Financeiras	53.039,81	56.113,13	518.936,56	51.000,00	52.500,00	51.500,00	49.000,00
Receitas Correntes Restantes	11.898.113,51	12.088.479,67	12.443.436,72	10.099.000,00	10.447.500,00	10.248.500,00	9.751.000,00
Operação de Crédito	5.000.000,00	17.538.100,00	23.233.046,44	4.961.000,00	15.000.000,00	5.000.000,00	-
Alienação de Bens Móveis	560.407,09	1.293.544,16	9.370.277,70	305.000,00	2.500.000,00	2.200.000,00	750.000,00
Transferências de Capital	12.441.425,90	31.815.111,19	46.158.052,64	-	14.500.000,00	2.000.000,00	-
TOTAL	429.511.058,37	501.743.268,08	591.826.308,45	542.500.000,00	621.000.000,00	641.700.000,00	677.550.000,00

FONTE: Relatório de Receita Segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2 (utilizado para os exercícios de 2022, 2023 e 2024). Para o exercício 2025 a LOA 2025 e para os exercícios de 2026 à 2028 foi utilizado o Método de Ajustamento da Reta pelos Mínimos Quadrados.

Fonte: Lei 5.220/2025 – pg. 23-24

A estimativa da receita total das metas fiscais para o ano de 2025 foi de R\$ 542.500.000,00 (quinhentos e quarenta e dois milhões e quinhentos mil reais). Contudo, o valor arrecadado em 2025 foi de R\$ 607.881.927,60 (seiscentos e sete milhões, oitocentos e oitenta e um mil, novecentos e vinte e sete reais e sessenta centavos), conforme o Relatório de Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2).

Esse desempenho demonstra que os valores arrecadados superaram a estimativa inicialmente projetada, conforme previsto no acompanhamento da execução orçamentária da LRF, que visa garantir o equilíbrio fiscal e a transparência nas contas públicas.

Para o exercício de 2026, a previsão da receita total das metas fiscais foi de R\$ R\$ 621.000.000,00 (seiscentos e vinte um milhões de reais), conforme Lei nº 5.220/2025 – Anexo de Metas Fiscais – Demonstrativo de Receitas. O valor foi atualizado para R\$ 592.000.000,00, pela Lei nº 5.286, de 17 de dezembro de 2025, nos termos do artigo 26 da Lei de Diretrizes Orçamentárias.





MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

4.1 Evolução da Receita Corrente Líquida

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece que a gestão fiscal deve ser planejada e executada de forma a garantir o equilíbrio das contas públicas, promovendo transparência e eficiência nos gastos. A Receita Corrente Líquida (RCL) é um dos principais indicadores utilizados para avaliar a saúde fiscal de um ente público, pois reflete a capacidade de arrecadação e a sustentabilidade das finanças públicas.

A seguir, será apresentada a evolução da RCL Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal nos últimos anos, evidenciando um crescimento, conforme demonstrado abaixo:

Ano	Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (R\$)
2021	339.625.418,18
2022	399.628.890,94
2023	436.058.465,72
2024	500.196.312,78
2025	560.643.946,72

Fonte: Demonstrativo da Despesa com pessoal – Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

A RCL ajustada tem mostrado uma trajetória de crescimento nos últimos anos, conforme os dados apresentados. A análise dos valores da RCL ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal nos anos de 2021 a 2025 e as projeções para os anos seguintes (2026, 2027 e 2028) permitem observar o desempenho da arrecadação pública e sua relação com as metas fiscais estabelecidas.

Projetando a Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (RCL) para os exercícios de 2026, 2027 e 2028, com base no INPC acumulado de 2025.

Ano	Realizado (R\$)	Projetado (R\$) * INPC 3,90%
2021	339.625.418,18	
2022	399.628.890,94	
2023	436.058.465,72	
2024	500.196.312,78	
2025	560.643.946,72	
2026		582.509.060,64
2027		605.226.914,01
2028		628.831.763,66

*Índice utilizado para a reposição salarial

A projeção da Receita Corrente Líquida para os anos seguintes segue a tendência de crescimento, o que é fundamental para garantir a sustentabilidade fiscal





MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

no longo prazo. As projeções para os anos de 2026, 2027 e 2028 são baseadas no crescimento médio da RCL ajustada observada nos anos anteriores.

Para a projeção das despesas com pessoal e encargos sociais as estimativas comparadas com as projetadas no anexo de metas fiscais são as seguintes:

Metas x Projeção	2026	2027	2028
*Anexo de Metas Fiscais	245.000.000,00	261.000.000,00	278.142.948,00
**Projeção de Gastos com Pessoal	263.909.300,00	285.641.930,11	305.010.060,24

* Anexo de Metas Fiscais – Metas Anuais 2026 – Lei 5.220/2025

** Previsto para 2026, valores da Lei Orçamentária; para os exercícios de 2026 e 2027 utilizou-se os valores obtidos através do demonstrativo a seguir, referente ao Ajustamento da Reta Pelos Mínimos quadrados.

Observa-se que, nos exercícios de 2026, 2027 e 2028, as projeções de gastos com pessoal superam os estabelecidos nas metas fiscais. Verifica-se, um aumento da diferença ao longo do período analisado, indicando tendência de crescimento das despesas com pessoal acima das metas inicialmente fixadas.

5) COMPATIBILIDADE COM ÍNDICE DE GASTOS COM PESSOAL

A estimativa dos gastos com pessoal e encargos para o ano de 2026, para fins de cálculo de índice de gastos com pessoal e encargos, leva em consideração os serviços terceirizados, que estão relacionados aos serviços prestados pelo pessoal do quadro próprio.

O quadro a seguir apresenta o histórico da Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal, Limite de Gastos e as Despesas com Pessoal.

Ano	RCL Ajustada	Limite de Gastos (54%)	Limite Prudencial 51,3%	Despesa Total com pessoal ¹	Índice gasto com Pessoal
2021	339.625.418,18	183.397.725,82	174.227.839,53	159.870.065,54	47,07%
2022	399.628.890,94	215.799.601,11	205.009.621,05	189.205.924,29	47,35%
2023	436.058.465,72	235.471.571,49	223.697.992,91	209.464.136,62	48,04%
2024	500.196.312,78	270.106.008,90	256.600.708,46	222.583.585,68	44,5%
2025	560.643.946,72	302.747.731,23	287.610.344,67	272.472.958,11	45,11%
Prevista LOA					
2026	569.700.000,00	307.638.000,00	292.256.100,00	275.769.950,00	48,40%
PROJEÇÃO 2026 ²					
2026	582.509.060,64	314.554.892,75	298.848.152,73	259.115.531,99	44,50%

¹ Despesa Total com Pessoal: Inclui: servidores ativos, inativos e pensionistas, encargos sociais e gastos com terceirizados. Exclui: pagamento de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE)

² Projeção da receita (INPC 3,90).



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

A variação da Receita Corrente Líquida (RCL), ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal, considerando os exercícios analisados, indica que a RCL Ajustada para 2026 seja de R\$ 582.509.060,64 (quinhentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e nove mil, sessenta reais e sessenta e quatro centavos). Com base nessa projeção, as despesas com pessoal representem uma proporção de 44,5% da RCL ajustada.

CONCLUSÃO:

Sobre a obrigatoriedade constitucional, conclui-se que o presente impacto orçamentário e financeiro:

a) Atende ao Inciso I do parágrafo 1º do art. 169 da CF, conforme demonstrativo apurado no presente Impacto orçamentário.

b) Atende ao inciso II do parágrafo 1º do art. 169 da CF, constando da Lei Municipal nº 5.220 de 01/07/2025, que instituiu as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2026.

Sobre o cumprimento do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, conclui-se que a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o gasto com pessoal e encargos sociais:

a) Atende ao exigido pelo Artigo 71 da LC 101/2000, aumento de até 10% da RCL atual para a projetada.

b) Atende ao exigido pelo art. 20 inciso III, da LC 101/ 2000, que o Gasto com Pessoal não ultrapassa a 54% para o Executivo, da Receita Corrente Líquida.

c) Atende ao Inciso I do art. 16 da LC 101/2000, sobre o impacto orçamentário e financeiro.

d) Atende ao exigido pelo art. 22, parágrafo único da LC 101/2000, não ultrapassar os 95% do estabelecido no art. 20 inciso III, da Receita Corrente Líquida, sendo 51,3% para Executivo.

Francisco Beltrão, 19 de janeiro de 2026.

Marta Raquel Zuchelli Felipetto

Contadora – CRC/PR 070279/O-2





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 985E-3195-8837-B6DB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARTA RAQUEL ZUCHELLI FELIPETTO (CPF 034.XXX.XXX-92) em 19/01/2026 14:59:58 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/985E-3195-8837-B6DB>